

RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO 2.º SEMESTRE DE 2016

INTRODUÇÃO

- 1.** Para os efeitos do artigo 77.º, n.º 2, alínea d) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, apresenta-se relatório informativo sobre a situação económica e financeira do **Município de Murça**, reportada ao ano de 2016, incluída nos Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 7.073.625,81 € de despesa paga e um total de 7.426.807,84 € de receita cobrada que inclui 1.031.016,91 € do saldo de gerência anterior), no Balanço (que evidencia um total de ativo líquido de 26.102.800,61 € e um total de fundos próprios de 12.805.050,05 €, incluindo um resultado líquido negativo de 26.607,79 €) e na Demonstração dos resultados.
- 2.** As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

- 3.** É da responsabilidade do Órgão Executivo Municipal:
 - a)** a preparação de informação financeira histórica e orçamental de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites;
 - b)** a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - c)** a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
 - d)** a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade, a execução orçamental, a posição financeira ou os resultados da entidade; e
- 4.** A nossa responsabilidade consiste em analisar a informação financeira e orçamental contida nos documentos acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

ANÁLISE ORÇAMENTAL

- 5.** A execução orçamental revela os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 1 – Execução Orçamental da Despesa (em Euros)

Classif. Económica da Despesa		Dotação Corrigida	Compromissos assumidos	Saldo	Grau Exec. efetiva	Despesas pagas	Saldo	Grau Exec. Orç Dez 16	Grau Exec. Orç Dez 15
Cl.	Designação								
1	Despesas com o pessoal	2 248 790,17	2 198 720,10	50 070,07	97,77%	2 193 887,24	54 902,93	97,56%	92,61%
2	Aquisição de bens e serviços	2 554 144,42	2 447 094,63	107 049,79	95,81%	2 136 598,49	417 545,93	83,65%	81,48%
3	Juros e outros encargos	153 162,23	133 485,00	19 677,23	87,15%	129 933,64	23 228,59	84,83%	91,83%
4	Transferências correntes	501 072,96	491 070,81	10 002,15	98,00%	484 721,81	16 351,15	96,74%	96,63%
5	Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00%
6	Outras despesas correntes	99 000,00	95 505,55	3 494,45	96,47%	95 505,55	3 494,45	96,47%	100,00%
DESPESAS CORRENTES		5 556 169,78	5 365 876,09	190 293,69	96,58%	5 040 646,73	515 523,05	90,72%	87,84%
7	Aquisição de bens de capital	1 628 284,47	1 351 154,80	277 129,67	82,98%	867 623,63	760 660,84	53,28%	20,82%
8	Transferências de capital	211 219,91	176 553,86	34 666,05	83,59%	158 535,86	52 684,05	75,06%	84,74%
9	Ativos financeiros	50 478,00	50 478,00	0,00	100,00%	50 478,00	0,00	100,00%	0,00%
10	Passivos financeiros	972 086,00	958 673,52	13 412,48	98,62%	956 341,59	15 744,41	98,38%	95,22%
11	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00%
DESPESAS DE CAPITAL		2 862 068,38	2 536 860,18	325 208,20	88,64%	2 032 979,08	829 089,30	71,03%	59,30%
TOTAL DE DESPESAS		8 418 238,16	7 902 736,27	515 501,89	93,88%	7 073 625,81	1 344 612,35	84,03%	78,41%

Mapa 2 – Execução Orçamental da Receita (em Euros)

Classif. Económica da Receita		Previsões Corrigidas	Receita Cobrada Líquida	Saldo	Grau Exec. Dez 16	Grau Exec. Dez 15
Cl.	Designação					
1	Impostos diretos	484 900,00	449 968,50	-34 931,50	92,80%	67,70%
2	Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00%	7,32%
4	Taxas, multas e outras penalidades	128 469,00	112 376,26	-16 092,74	87,47%	89,26%
5	Rendimentos da propriedade	255 100,00	214 846,11	-40 253,89	84,22%	82,39%
6	Transferências correntes	4 719 901,00	4 660 932,03	-58 968,97	98,75%	99,11%
7	Venda de bens e serviços correntes	804 573,25	469 062,79	-335 510,46	58,30%	56,61%
8	Outras receitas correntes	87 000,00	34 707,68	-52 292,32	39,89%	37,49%
RECEITAS CORRENTES		6 479 943,25	5 941 893,37	-538 049,88	91,70%	87,98%
9	Venda de bens de investimento	4 000,00	9 790,00	5 790,00	244,75%	564,00%
10	Transferências de capital	905 178,00	430 727,00	-474 451,00	47,58%	102,68%
11	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
12	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
13	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
RECEITAS DE CAPITAL		909 178,00	440 517,00	-468 661,00	48,45%	103,01%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	100,00	0,00	-100,00	0,00%	0,00%
16	Saldo da gerência anterior	1 031 016,91	1 031 016,91	0,00	100,00%	100,00%
OUTRAS RECEITAS		1 031 116,91	1 031 016,91	-100,00	99,99%	99,84%
TOTAL DE RECEITAS		8 420 238,16	7 413 427,28	-1 006 810,88	88,04%	90,54%

Mapa 3 – Indicadores de Análise da evolução da Despesa

Rácios de estrutura da despesa	Considerando despesa paga		Considerando despesa comprometida	
	dez/16	dez/15	dez/16	dez/15
Receita total / Despesa total	104,80%	115,48%	93,81%	105,58%
Receita corrente / Despesa corrente	117,88%	123,87%	110,73%	113,74%
Receita capital / Despesa capital	21,67%	86,50%	17,36%	78,10%
Despesa Pessoal / Despesa Total	31,02%	33,95%	27,82%	32,72%
Aq. Bens Serviços / Despesa Total	30,21%	31,71%	30,97%	33,28%
Aq. Bens Capital / Despesa Total	12,27%	4,16%	17,10%	6,08%
Serviço da Dívida / Despesa Total	13,52%	17,56%	12,13%	16,05%
Receitas próprias / Despesa Total	32,82%	22,17%	29,38%	20,27%
Transferências recebidas / Despesa Total	71,98%	93,31%	64,43%	85,31%
Juros e outros encargos / Despesa Total	1,84%	3,03%	1,69%	2,77%

Mapa 4 – Indicadores de Análise da evolução da Receita

Rácios de estrutura da receita	dez/16	dez/15
Receitas próprias / Receita total	31,32%	19,20%
Transferências recebidas / Receita Total	68,68%	80,80%

6. Considerando o mapa referente à execução da despesa paga relativamente a 2016, em termos globais, a execução das despesas correntes ascende a 90,72% e a execução das despesas de capital é de 71,03%. Em termos comparativos, em 2015 estes graus de execução situavam-se nos 87,84% e 59,30% respetivamente. Tendo por base a ótica dos compromissos já assumidos, o grau global da execução da despesa é de 93,88% (contra 85,76% em igual período do exercício anterior), dando-se especial enfoque às despesas correntes cujos compromissos assumidos representam 96,58% das dotações corrigidas, enquanto nas despesas de capital os compromissos assumidos representam 88,64% da dotação existente.

Tanto as rubricas de despesas correntes como de capital, com exceção das aquisições de bens de capital, registam um grau de execução que se consideram bastante satisfatórios, existindo, por isso, maior aproximação entre os compromissos assumidos e as despesas pagas.

No que se refere às despesas com pessoal, o grau de execução ronda os 97,56% (contra 92,61% em igual período do exercício anterior), situação que só não atingiu maior grau de execução por força de pagamentos abaixo do previsto em relação a verbas como os abonos variáveis ou eventuais, pessoal em regime de tarefa ou avença e pessoal contratado a termo.

A aquisição de bens e serviços apresenta um grau de execução de 83,65% (81,48% em igual período do exercício anterior), porém a despesa comprometida desta natureza ascende a 95,81%, facto relacionado com os fornecimentos regulares.

O grau de execução da despesa com transferências correntes ascende a 96,74% (96,63% em igual período do exercício anterior), apresentando assim uma execução bastante próxima do previsto e semelhante ao verificado no período homólogo do ano anterior.

Assim, o grau de execução da despesa corrente apresenta valores bastante satisfatórios, registando uma tendência positiva na medida em que regista um índice de execução superior ao apresentado em igual período do ano anterior.

De uma forma genérica, o grau de execução da despesa surge afetado pela menor expressão na execução das despesas de capital, que ascendeu a 71,03% (59,30% em igual período do exercício anterior). Para os indicadores apresentados na execução da despesa de capital contribuiu a realização de investimento abaixo do previsto, nomeadamente relacionado com construções diversas tais como o investimento previsto na "Estação de Tratamento de Águas Residuais" ou com "Viação Rural".

- 7.** No que se refere à execução orçamental da receita, globalmente, e contrariamente ao que sucedeu com as despesas, o seu grau de execução orçamental é ligeiramente inferior ao verificado em igual período do exercício anterior, isto é, atingiu 88,04% contra 90,54% no período homólogo.

Ao nível das receitas de capital, foram executados 48,45% contra os 103,01% verificados em igual período do ano anterior. O grau de execução orçamental ficou abaixo das expectativas, devido unicamente às transferências de capital, provenientes de sociedades privadas (nomeadamente a EDP), dado estar inicialmente previsto o recebimento dos valores protocolados com o projeto da barragem da Foz do Tua, contudo o atraso no início das obras atrasou também o recebimento das verbas em falta.

Analisando as receitas correntes, verifica-se um grau de execução orçamental de 91,70% (87,98% em igual período do ano anterior). A rubrica de impostos diretos apresenta um grau de execução de 92,80%, quando em igual período do ano anterior o grau de execução ascendia a 67,70%, a execução desta rubrica aproximou-se dos valores estimados inicialmente, ficando a 34.931,50 € dos valores previstos.

A venda de bens e serviços correntes apresenta uma execução de 58,30%, índice inferior à melhor expectativa anual, ainda assim, superior ao apresentado no período homólogo do ano anterior que ascendeu 56,61%. A menor execução desta rubrica, resulta da previsão efetuada para a venda de água e da prestação de serviços relacionados com os resíduos sólidos e com outros serviços específicos das autarquias, se encontrarem francamente aquém dos valores estimados para o período.

As transferências correntes apresentaram valores dentro do previsto para o ano, tendo sido executadas 98,75% das receitas, quando em igual período do ano anterior o grau de execução ficou nos 99,11%. Note-se que, esta rubrica representa cerca de 78,4% da receita cobrada no período.

Face ao já descrito nos parágrafos anteriores, na ótica da despesa paga, a cobertura da despesa corrente pela receita corrente foi de 117,88% quando em igual período do ano anterior havia sido de 123,87%. Tendo por base a ótica da despesa comprometida, as despesas correntes foram suportadas em 110,73% pelas receitas correntes quando no ano anterior aquela relação era de 113,74%.

Considerando as receitas e as despesas de capital, na ótica da despesa paga, verifica-se uma queda face a 2015, isto porque, as despesas de capital foram cobertas com receitas de capital em 21,67% no ano em análise e em 86,50% em 2015. Os motivos para esta diminuição já foram referidos acima, e resultaram do não recebimento dos valores protocolados com a EDP, relacionados com o projeto da barragem da foz do Tua. Tendo por base a ótica da despesa comprometida, em 2016 as despesas de capital encontravam-se cobertas em 17,36% pelas receitas de capital, quando em igual período de 2015 as despesas de capital se encontravam cobertas em apenas 78,10%.

- 8.** No que se refere às receitas próprias, considerando a informação reportada ao ano de 2016, identifica-se um acréscimo significativo face a igual período do ano anterior, isto é, passaram de 1.468.972 € em 2015 para 2.321.768 € em 2016 (mais 852.797 €). Esta variação está, essencialmente, relacionada com a variação positiva do saldo de gerência entre 2015 e 2016, sendo esse acréscimo no montante de 968.916,35 €, situando-se o saldo de gerência no ano de 2016 em 1.031.016,91 €. Contudo, os valores relacionados com os impostos diretos e com a venda de bens e serviços correntes diminuiram cerca de 11% e 8%, respetivamente, quando comparados com o período anterior.
- 9.** A despesa comprometida em 2016 mostrou-se superior em 489.308,99 € em relação à receita cobrada, quando em 2015 a despesa comprometida foi inferior à receita cobrada em 404.489,88 €, verificando-se, portanto, uma inversão em sentido negativo deste indicador. O motivo para esta inversão encontra-se relacionada com a quebra registada ao nível das receitas de capital (-990.486,00 €), quando comparado com o período homólogo do ano anterior.

ANÁLISE ECONÓMICA

10. Os custos e os proveitos revelam os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 5 – Estrutura dos Proveitos e Ganhos (em Euros)

Proveitos e Ganhos		2016	%	2015	%
Cl.	Designação				
71	Vendas e prestações de serviços	725 232,82	10,88%	719 669,84	10,29%
72	Impostos e taxas	421 893,46	6,33%	556 595,95	7,96%
73	Proveitos Suplementares	0,00	0,00%	0,00	0,00%
74	Transferências e subsídios obtidos	5 086 773,19	76,30%	5 256 332,27	75,19%
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00%	0,00	0,00%
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	0,00%	0,00	0,00%
78	Proveitos e ganhos financeiros	32,38	0,00%	4 866,78	0,07%
79	Proveitos e ganhos extraordinários	433 207,59	6,50%	453 601,18	6,49%
	TOTAL DE PROVEITOS	6 667 139,44	100,00%	6 991 066,02	100,00%

Mapa 6 – Estrutura dos Custos e Perdas (em Euros)

Custos e Perdas		2016	%	2015	%
Cl.	Designação				
61	Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	287 232,75	4,29%	346 372,76	5,37%
62	Fornecimentos e serviços externos	1 880 383,63	28,09%	1 587 927,51	24,62%
63	Transf. e subsíd. corr. conced. e prest. sociais	486 612,64	7,27%	437 737,50	6,79%
64	Custos com o pessoal	2 289 156,16	34,20%	2 226 457,52	34,53%
65	Outros custos e perdas operacionais	84 149,20	1,26%	24 440,08	0,38%
66	Amortizações do exercício	1 394 045,00	20,83%	1 455 328,52	22,57%
67	Provisões do exercício	2 573,55	0,04%	981,34	0,02%
68	Custos e perdas financeiros	134 955,73	2,02%	208 267,71	3,23%
69	Custos e perdas extraordinários	134 638,57	2,01%	161 298,00	2,50%
	TOTAL DE CUSTOS	6 693 747,23	100,00%	6 448 810,94	100,00%

11. A estrutura de proveitos apresenta um decréscimo (menos 323.926,58 € ou -4,63%) face a igual período do ano anterior, fixando-se em 2016 o total de proveitos em 6.667.139,44 €. Esta diminuição está relacionada essencialmente com a queda de receita verificada ao nível do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), com a diminuição das transferências recebidas por parte do IEFP (devido ao menor número de programas de estagio), com a diminuição da receita da água e da receita com rendas e alugueres. Note-se que a rubrica de impostos e taxas apresentou uma diminuição de cerca de 24,20%, em resultado do

referido, fixando-se nos 421.893,46 €, representando cerca de 6% do total dos proveitos do município. Também a rubrica de transferências e subsídios obtidos diminuiu cerca de 3%, fixando-se nos 5.086.773,19 € em 2016 sendo 5.256.332,27 € em igual período de 2015, o que representa um decréscimo de 169.559,08 €. Note-se que a rubrica de transferências e subsídios obtidos representa cerca de 76% dos proveitos totais do município. Por outro lado, as vendas e prestações de serviços cresceram 5.562,98 € (+ 0,77%), de 2015 para 2016, situando-se nos 725.232,82 €, representando esta rubrica em 2015 cerca de 11% dos proveitos totais do município.

12. No que se refere à estrutura de custos, em termos globais, verifica-se um crescimento de 244.936,29 € (+ 3,80%) em relação ao verificado em 2015, fixando-se o total de custos do município no exercício de 2016 em 6.693.747,23 €. Este aumento está essencialmente relacionado com o acréscimo de 292.456,12 € (+ 18,42%) dos fornecimentos e serviços externos ascendendo, em 2016, a 1.880.383,63 € (no exercício anterior registaram 1.587.927,51 €), bem como, o aumento registado na rubrica de custos com o pessoal, que se fixou nos 2.289.156,16 €, apresentando um acréscimo de 62.698,64 € (+ 2,82%). As rubricas dos fornecimentos e serviços externos responsáveis por este crescimento foram a "eletricidade", "trabalhos especializados" e "limpeza, Higiene e Conforto", cujo custo de 2016 se fixou nos 489.428,63 €, 129.927,74 € e 444.425,93 €, respetivamente. Os custos com pessoal representam a principal rubrica de custos do município (34,19%), seguindo-se os fornecimentos e serviços externos representando 28,09% e as amortizações do exercício que representam 20,82%.

13. Tendo em consideração os valores referidos, o resultado líquido do ano 2016 foi negativo ascendendo a 26.607,79 €, contrariando a tendência que se vinha verificando nos últimos anos. Importa salientar que esta quebra de resultados positivos do município está intimamente relacionada com o aumento das principais componentes de custo do município (tais como os fornecimentos e serviços externos e os gastos com pessoal), bem como, com a diminuição verificada ao nível dos proveitos, quer pela diminuição dos impostos e taxas recebidos quer pela diminuição das transferências e subsídios obtidos.

ANÁLISE FINANCEIRA

14. As dívidas a receber e a pagar revelam os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 7 – Dívidas de terceiros (em Euros)

Classif.	Designação	dez/16	%	dez/15	%
211+212+213	Clientes, contribuintes e utentes c/c	30 875,27	28,05%	34 843,85	33,05%
218	Clientes, contribuintes e utentes de cob. duvidosa	17 279,15	15,70%	4 184,78	3,97%
24	Estado e outros entes públicos	61 915,38	56,25%	66 396,47	62,98%
264	Administração Autárquica	0,00	0,00%	0,00	0,00%
262+263+267+268	Outros Devedores	0,00	0,00%	0,00	0,00%
28	Empréstimos concedidos	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	Total Curto Prazo	110 069,80	100,00%	105 425,10	100,00%
	Total Médio Longo Prazo	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	TOTAL DE DÍVIDAS DE TERCEIROS	110 069,80	100,00%	105 425,10	100,00%

Mapa 8 – Dívidas a terceiros (em Euros)

Classif.	Designação	dez/16	%	dez/15	%
2311	Empréstimos de curto prazo	990 186,90	14,93%	973 800,00	12,59%
221	Fornecedores c/c	225 484,07	3,40%	253 865,67	3,28%
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	74 822,45	1,13%	92 601,20	1,20%
24	Estado e outro entes públicos	32 212,83	0,49%	30 339,89	0,39%
262+263+267+268	Outros credores	102 158,68	1,54%	155 620,93	2,01%
	Total Curto Prazo	1 424 864,93	21,49%	1 506 227,69	19,47%
2312	Dívidas a instituições de crédito	5 005 089,99	75,47%	5 977 818,48	77,27%
2689	Outros credores	201 914,83	3,04%	252 392,83	3,26%
	Total Médio Longo Prazo	5 207 004,82	78,51%	6 230 211,31	80,53%
	TOTAL DE DÍVIDAS A TERCEIROS	6 631 869,75	100,00%	7 736 439,00	100,00%

15. O valor de dívidas a receber (110.069,80 €) apresenta um acréscimo de 4.644,70 € face ao verificado no período homólogo do ano anterior. Esta variação está essencialmente relacionada com o aumento dos valores a receber de clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa.

16. O valor global das dívidas a pagar ascende a 6.631.869,75 €, montante inferior em 1.104.569,25 € ao verificado no ano anterior. De realçar a redução das dívidas a instituições de crédito em 956.341,59 €, a diminuição da dívida aos fornecedores em 28.381,60 € e aos outros credores em 103.940,25 €.

17. No âmbito do **Regime Financeiro das Autarquias Locais – Capítulo V (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro)**, verifica-se que:

- a) Foi cumprido o limite da dívida total previsto no n.º 1 do seu artigo 52.º (incluindo a dívida das entidades referidas no artigo 54.º do mesmo diploma), apresentando uma margem disponível para utilização de 1.590.539 €.
- b) É cumprido o disposto no número 2 do artigo 40º que dispõe que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.
- c) Nos termos da Lei n.º 8/2012, com todas as suas alterações e atualizações subsequentes, não se verificam no município pagamentos em atraso, ou seja, não se verificam contas a pagar, que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes.
- d) Os fundos disponíveis em dezembro de 2016 ascendiam a 2.726.373,38 €.

Viseu, 12 de abril de 2017

O Revisor Oficial de Contas

Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, SROC, Lda. n.º 282, CMVM n.º 20161575
Representada por Ricardo Filipe Macias Carvalho, ROC n.º 1657, CMVM n.º 20161267